

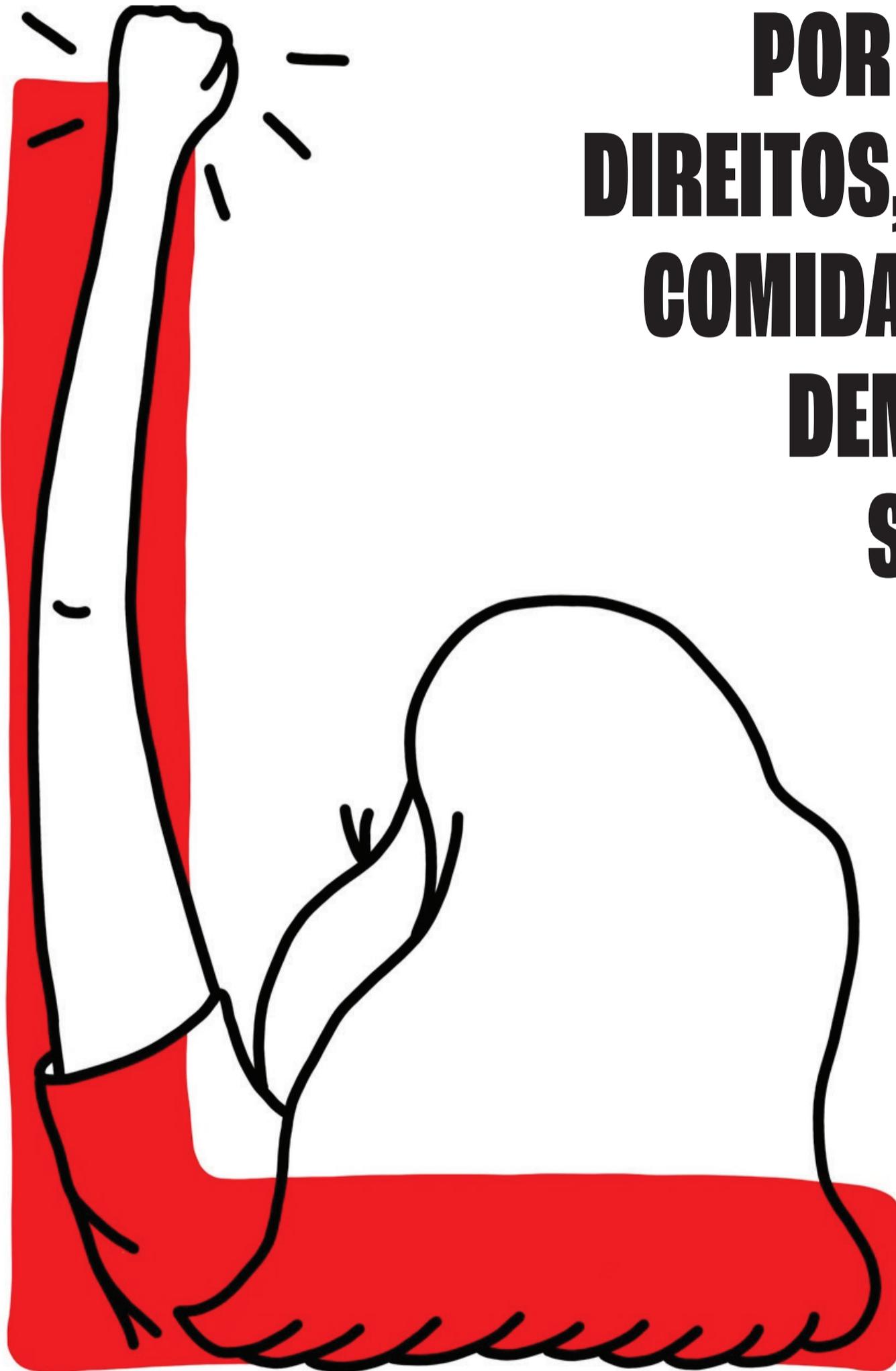
O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 906 - de 2 a 18 de setembro de 2022



**POR EMPREGOS,
DIREITOS, SALÁRIOS,
COMIDA NO PRATO,
DEMOCRACIA E
SOBERANIA:
É LULA**

Ilustração de Cris Siqueira para
campanha L de Lula (@l.de.lula):
quadrinistas, ilustradores e artistas
gráficos por Lula presidente.

LUTA DE CLASSE

Greve contra privatização
do Metrô de BH

pág.6

NACIONAL

Patrões não querem
pagar piso da enfermagem

pág.8

NACIONAL

Muito barulho
no andar de Cima

pág.9

INTERNACIONAL

Onda de greves
no Reino Unido

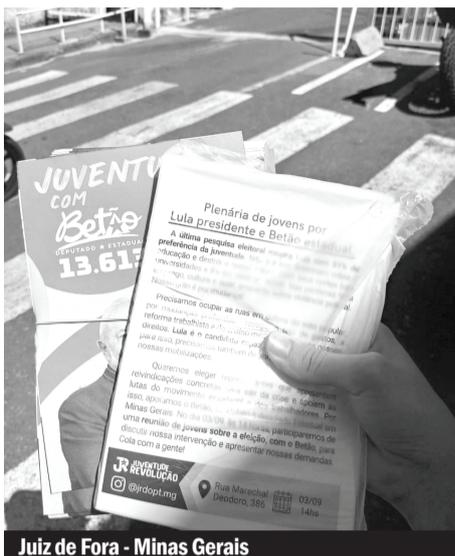
pág.11

Juventude com força na campanha Lula

Banquinhas da JR do PT têm boa receptividade



Arapiraca - Alagoas



Juiz de Fora - Minas Gerais



Cuiabá - Mato Grosso



Volta Redonda - Rio de Janeiro

Lula segue liderando entre os eleitores jovens, com mais de 50% das intenções de voto, de acordo com todas as pesquisas. Foi nesse contexto que dois milhões de jovens entre 16 e 18 anos tiraram o título de eleitor. Agora, há menos de um mês para o pleito, os jovens começam a se engajar de maneira esperançosa na campanha Lula.

Pelo menos é o que atesta a recepção às banquinhas e panfletagens organizadas pela Juventude Revolução do PT em algumas partes do país, como em Arapiraca (AL), Cuiabá (MT), Volta Redonda (RJ) e Juiz de Fora (MG).

De acordo com Clara, jovem estudante em Arapiraca, que montou uma banquinha próximo à Universidade Estadual, "a atividade foi o pontapé inicial para a campanha do Lula, os adesivos do Lula voaram". Ela ainda explicou que "todo mundo que parava na banquinha queria adesivo, pedia camisa, comprava bottom, lanche e se mostrava disposto a derrubar esse governo". Além de distribuir panfletos e adesivos, a JR do PT em Alagoas aproveitou a banquinha para vender sanduíches e custear os seus materiais.

Em Volta Redonda não foi diferente. Leonardo, da Juventude Revolução

fluminense, disse que "muitos jovens passavam, pediam adesivos e só aceitavam panfletos com Lula - mesmo se alguns negavam o panfleto que tinha o Alckmin. Até dois ciclistas passaram e pararam na nossa banquinha pra adesivar a camisa e a bike".

Em Juiz de Fora, com a JR do PT engajada na campanha Lula e Betão (candidato a deputado estadual) a panfletagem na saída de escolas tem rendido boas discussões. Uma estudante na porta de uma escola federal, além de declarar apoio à Lula, aproveitou para relatar que no "começo do ano faltava muito papel higiênico, outros materiais de higiene no

banheiro, e viagens planejadas foram canceladas", graças aos cortes de verbas promovidos por Bolsonaro.

Essa vontade de votar e lutar também foi sentida pelos militantes da JR em Cuiabá. Muriel atestou que, enquanto faziam panfletagens muito bem recebidas pela juventude, "um jovem desceu do ônibus fora do ponto dele pra pegar nosso contato e material querendo participar da campanha. Ele disse que era hora de mudar, que Bolsonaro tinha acabado com a educação e que queria fazer campanha mesmo pro Lula!"

Correspondentes

Matrículas caem nas universidades federais

Queda é a primeira desde 1990 e vem acompanhada de forte evasão

Segundo o Censo da Educação Superior, após 30 anos, foi registrada a primeira queda nas matrículas nas universidades federais. Esse resultado é o acúmulo da crise que a Educação enfrenta nacionalmente após dois anos de ensino remoto, sucessivos cortes e piora nas condições de vida da juventude.

De acordo com o Censo, em 2019 o número de ingressantes no ensino superior público foi de 1,3 milhão, com redução em 2020 de mais de 100 mil novos estudantes ou 6,3%. Soma-se a isso os dados apurados pelo jornal O Globo: durante o período, houve o trancamento de cerca de 270 mil matrículas por tempo indeterminado.

Enquanto isso, nas universidades particulares, o número de matrículas caiu 11% e em 2020 e 2021 cerca de 3,42 milhões de estudantes abandonaram a graduação. Em contraponto, cresceu o número de matrículas na modalidade EAD.

Essa redução de jovens no ensino superior caminha de mãos dadas com a política que Bolsonaro aplica hoje nas universidades. Falta

investimento, ampliação nas políticas de permanência estudantil e um plano educacional que responda aos problemas aprofundados pela pandemia.

Tira a tesoura da mão, investe na Educação!

Boa parte dessa crise é alimentada pelos sucessivos cortes no orçamento da Educação. Com a justificativa de adequação ao Teto de Gastos, em 2022 foram cortados mais de R\$400 milhões em recursos discricionários (água, luz, segurança, etc.). Nesse bojo estão também as políticas de permanência como bolsas e auxílios estudantis e de melhorias estruturais como reformas.

17 universidades anunciaram que podem parar seu funcionamento até o fim do ano. Entre as universidades que hoje encontram-se em risco de fechar estão a Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e a Universidade de Brasília.

Outras universidades enfrentam o déficit no quadro de professores e servidores, o que leva algumas a reduzirem o número de vagas nos

vestibulares por não terem como finalizar as disciplinas de graduação. É o exemplo da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), que reduziu pela metade as ofertas de vagas nos cursos de direito e medicina.

O Ministério da Educação foi o mais afetado pelo Teto de Gastos desde 2016. Foram R\$ 74 bilhões a menos no orçamento em meio a uma briga de quem vai levar a maior fatia de bolo a cada ano na lista de prioridades do Governo Federal.

Falta política de permanência estudantil

Não basta somente entrar, é preciso pensar em políticas de permanência para mitigar o risco de evasão. É sabido que a pandemia ainda gera impactos profundos nas desigualdades do país e a juventude foi uma das mais afetadas nesse período. A taxa de desemprego beira a casa dos 20%, o dobro da média nacional, para pretos e pardos essa taxa é de 22,1%.

Entre 2015 a 2022 o preço da cesta básica cresceu 124%, em contrapartida, o orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES) cresceu apenas 5,3%. A população tem empobrecido mais e, conseqüentemente, aumenta a demanda por assistência estudantil nas universidades.

É inadmissível que anualmente as universidades tenham que ir a público anunciar o risco de fechamento pela falta de verbas.

A UNE até convocou atos nacionais durante o ano, mas enfraquecida, seu chamado não foi respondido. A organização do movimento estudantil não esteve à altura para responder à ameaça à permanência e ingresso no ensino superior, o que exigiria da direção da UNE outra política.

Um passo necessário para a resolução do problema é a revogação da Emenda Constitucional 95 que estrangula o orçamento dos serviços públicos e atinge em cheio a Educação. Mas para isso será necessário muita luta. Além de eleger Lula, é necessário retomar a organização das entidades estudantis e fortalecer a luta para reconstruir a educação no país.

Victor Caique

Lula presidente: urgência nacional

Uma frase do atual presidente, levado ao Planalto pelo golpe de 2016 e a operação fraudulenta que prendeu Lula, sintetiza a urgente tarefa: derrotar Bolsonaro e eleger Lula para reconstruir e transformar este país.

Em recente entrevista, dizendo que não havia fome no Brasil, o ignóbil declarou que “não se vê pessoas pedindo pão em padaria”. Quando nas padarias, nos faróis, nas calçadas e em todos os lugares das cidades, cada vez mais homens, mulheres e crianças levantam um grito de socorro. Num pedaço de papelão se lê: Fome! Este presidente achincalha perversamente os 33 milhões de famélicos e os mais de 100 milhões que sofrem de insegurança alimentar.

Achincalha as brasileiras, ao negar que há um aumento da violência contra as mulheres. E achincalha toda a nação ao dizer que o Brasil “está bombando”. É preciso botar para correr do Planalto este arruaceiro. Isso passa em primeiro lugar pelas eleições, mas não para aí.

Bolsonaro sabe que milhões passam fome e diminui a mesa dos que ainda comem, que os salários e direitos da classe trabalhadora estão cada vez mais rebaixados, a começar pelo salário mínimo, e que as mulheres, cada vez mais são vítimas de violência e deterioração das condições de vida.

E como ele sabe que pagará por isso, ele

tumultua. Coloca em suspeita o resultado eleitoral. Leva as Forças Armadas, através do seu sabujo no Ministério da Defesa, a se imiscuírem na Justiça Eleitoral. E, é preciso dizer, com a complacência desta. Está virando rotina reuniões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com os milicos. E o TSE sinaliza concessões. Na última reunião cedeu à questão dos testes das urnas eletrônicas, um artifício de Bolsonaro para questionar os resultados. Exército, Marinha e Aeronáutica, num

DERROTAR BOLSONARO, RECONSTRUIR E TRANSFORMAR O PAÍS

“bem bolado” se dispõem a fazer pirotecnia na praia de Copacabana no 7 de setembro quando o arruaceiro quer mobilizar seus seguidores e fazer demonstração de força. No Congresso Nacional, movida pelo orçamento secreto, a maioria faz o que o chefe manda.

Negando as estatísticas, o governo coloca também em xeque o censo do IBGE deste ano. Não realizado em 2020, “por falta de orçamento”, em 2022 está em questão pelas péssimas condições dos recenseadores que

fizeram uma mobilização, com greve em alguns lugares (1/09), por melhoria nas condições de trabalho.

Quanto menos dados da realidade, melhor para a corja de bolsonaristas para prosseguir no intuito de ter um imperador, sua família e seu séquito – os poucos mais de 30% que declaram voto a ele – para continuar a pilhar o país, a democracia, os direitos e salários da classe trabalhadora.

Levantar as mais urgentes necessidades do povo trabalhador deve ser o tom da campanha Lula nas próximas quatro semanas. Direitos, salários, comida na mesa, democracia e soberania nacional. Derrotar Bolsonaro para reconstruir e transformar este país. Livrá-lo da atual tragédia e das instituições que pavimentaram seu caminho.

“Nunca antes na história deste país”, ficou tão claro que uma eleição é expressão, no terreno eleitoral, da luta de classes. E a maioria oprimida busca se agarrar em Lula para sair do sufoco. Basta ver a preferência dos setores mais oprimidos por Lula. Responder às suas expectativas deve ser o tom da campanha. Eleger Lula, num processo de mobilização por um governo que reconstrua e transforme o país é a tarefa da hora. É nela que nosso jornal e os candidatos proporcionais apoiados pelo Diálogo e Ação Petista estarão concentrados.

NOTAS

Mulheres se endividam para sobreviver

Em decorrência da queda do emprego e renda e do aumento dos alimentos e outros custos com alto peso no orçamento familiar, mulheres que são chefes de família estão cada vez mais no vermelho e devendo cartões de crédito, crediários, carnês, cheques especiais, empréstimos e créditos consignados.

Em 2022, a proporção de mulheres com contas pendentes avançou 10,5 pontos percentuais: são 80,1% do total de mulheres. Em junho de 2021, eram 69,6%, uma dimensão já muito alta.

Os dados são da Confederação Nacional do Comércio. Entre os homens, 76,5% estão endividados. Eram 70,2% no ano passado.

Bola de neve

A maior parte do endividamento decorre de necessidades básicas, como o mercado, o gás, a conta de luz e água, o aluguel. Ou as mulheres precisam encarar uma sobrecarga de trabalho para buscar renda extra, ou entram em um círculo permanente de endividamento e viram reféns de taxas altíssimas de juros. Frequentemente ambos.

Tudo isso aprofunda o empobrecimento. Vale lembrar que as mulheres ganham menos do que os homens, são as primeiras a perderem os empregos e as que mais demoram a reconquistar um posto de trabalho. E, no governo Bolsonaro, não são mais prioridade

para receber auxílio.

De acordo com último levantamento do IBGE que abordou essa questão, 42% das famílias são chefiadas por mulheres. Além disso, são cerca de 12 milhões de lares com mãe solo, ou seja, sustentados apenas por mulheres. E por isso, o empobrecimento das mulheres é também o empobrecimento de milhões de crianças e adolescentes.

Dois caminhos opostos

Enquanto Lula afirmou no Jornal Nacional, com todas as letras, “nós vamos negociar essa dívida”, Bolsonaro atua ativamente para... aumentar o endividamento e diminuir a renda! No início de agosto, ele editou a Medida Provisória 1106 que amplia para 40% a margem de desconto direto da folha salarial para pagamento do empréstimo consignado. Antes, as parcelas para pagamento desse tipo de empréstimo já poderiam abocanhar 35% do salário.

Numa situação inversa à do dito popular, vende-se a janta para pagar o almoço.

O desespero de botar comida na mesa hoje vai empurrar milhares, se não milhões, de trabalhadoras e trabalhadores a terem uma renda ainda menor no futuro. 47% das brasileiras vivem sem saber se vão poder comprar comida no dia seguinte - entre os homens, o percentual é de 26%. A depender de Bolsonaro, de fato não vão.

Memória

CUT, RECÉM-FUNDADA, PREPARA A GREVE GERAL

No próximo final de semana, dias 10 e 11, começam efetivamente os trabalhos de direção da Central Única dos Trabalhadores fundada no já histórico Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) de São Bernardo. (...) Aí será decidida a implementação do Plano de Lutas aprovado no congresso (...). Até o dia 14 de outubro, como prazo máximo, o governo deve dar uma resposta às reivindicações apresentadas pelo Congresso e que serão encaminhadas a Brasília: retirada do decreto-lei 2045, suspensão da intervenção nos sindicatos, rompimento dos acordos com o FMI e reforma agrária. Terminado o prazo, e não tendo sido atendidas as reivindicações, a direção da CUT marcará a data da Greve Geral (...).

O Trabalho nº 215 – 9/9/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

No Ceará, Lêda pelos direitos da gente!

Candidata a deputada federal conversou com O Trabalho

Lêda é candidata a deputada federal pelo PT do Ceará, com o número 1331. Professora aposentada, doutora em Educação, Lêda vem de longa militância no partido, no movimento sindical e, mais recentemente no movimento popular. Foi presidente do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFC, lecionou na Universidade Estadual do Ceará e é hoje membro do Diretório Estadual do PT, inserida no movimento de moradores do bairro Rodolfo Teófilo em Fortaleza. Lêda integra o Comitê Estadual do Diálogo e Ação Petista – DAP.

O Trabalho - Por que essa candidatura?

Leda Vasconcelos - Nossa candidatura não se reduz ao DAP, mas nasceu da discussão com os companheiros e companheiras do Diálogo. Nesse

debate se chegou à conclusão de que era necessária uma alternativa que, na campanha, na luta para remover o Inominável por meio da eleição de Lula, apontasse para a reconstrução de tudo que foi perdido desde o golpe de 2016 e para as transformações que ficaram por ser feitas nos anos em que o PT governou.

OT - Como fazer estas transformações?

LV - O lema de nossa campanha é "pelos direitos da gente", partimos da luta para revogar todas as medidas que confiscaram direitos do povo e dos trabalhadores. Ocorre que a própria Constituição de 88, fruto do congresso constituinte "meia bomba", ou seja, um poder não soberano, foi desfigurada por 125 emendas e mais de 700 alterações no texto, quase todas regressivas, em 34 anos. Só este ano,

emendas de Bolsonaro introduziram 26 modificações na CF, um recorde. Neste quadro jurídico, as elites golpearam Dilma, prenderam Lula, liquidaram direitos. É inexequível retomar os direitos revogando todas as 125 emendas, uma por uma, ainda mais num Congresso eleito pelas atuais regras. Por isso nossa campanha destaca a luta por uma Constituinte com Lula, para reaver os direitos da gente.

OT - Como está sendo feita a campanha?

A campanha é uma ação solidária de militantes petistas, do DAP, independentes, por grupos do PT, como a Articulação de Esquerda e LC, e de alguns outros grupos organizados. A penúria material tem sido suprida por uma lista de colaboradores e temos, não sem dificuldades, chegado aos



bairros de Fortaleza e ao interior. Tem sido uma batalha dura da qual queremos sair com um saldo de pessoas organizadas em torno das ideias que movem a candidatura.

Lili, com Lula nas ruas, para mudar o Brasil!

Candidata a deputada federal por SP na luta em defesa dos serviços públicos

Lili é candidata à deputada federal em SP. É dirigente do PT e militante desde 1982. Participou das lutas e da construção do partido nos últimos 40 anos. Faz parte da coordenação municipal do Diálogo e Ação Petista da capital paulista e do grupo de base do DAP Brasilândia, bairro da zona norte onde mora.

A candidatura de Lili se coloca como ponto de apoio na luta pelos direitos do povo e, hoje, pelo respeito ao voto popular ameaçado por Bolsonaro e seus generais. Com a campanha eixada nas medidas de emergência, como aumento de salários, tabelamento de preços, moradia popular e revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, a campanha escolheu como slogan "com Lula nas ruas para mudar o Brasil". Nas ruas, para enfrentar as ameaças golpistas e eleger Lula, garantir sua posse e abrir um processo de convocação de uma Constituinte

Soberana que, dando voz ao povo, será a força necessária para "reconstruir e transformar o Brasil".

"O que é público tem que voltar a ser público"

Outra tarefa de um futuro governo Lula, afirma Lili, é reestatizar o que foi privatizado, como a Vale e a Eletrobrás, e recuperar o monopólio da Petrobrás. No estado de São Paulo não é diferente: a saúde foi entregue para as Organizações Sociais (OS's), que são empresas privadas que lucram com o orçamento público e precarizam o atendimento. Uma infinidade de empresas foi privatizada, a Sabesp, hoje uma empresa estatal de capital aberto, onde os acionistas recebem seus gordos dividendos e falta água em milhões de torneiras, está sob ameaça de privatização total. Fernando Haddad, corretamente, anunciou que vai rever a



lei que aumentou a contribuição previdenciária estadual dos servidores para até 16%: esse confisco de salários tem que ser revogado. Lili está na luta para eleger Fernando Haddad governador para o que é público voltar a ser público e os servidores voltarem a ser

valorizados.

Não à privatização do Porto de Santos!

Querem transformar o maior porto do hemisfério sul em posto de passagem do caro gás dos EUA e de lixo dos países ricos, visando o lucro dos empresários privados e desempregando o povo. Haddad declarou em agosto, após a entrega de um manifesto assinado por diversas entidades sindicais e populares, que contou com apoio do DAP: "Sou contra privatizar (...). Isso faria com que a vocação produtiva do estado dependesse apenas do que o setor privado quer, podendo prejudicar setores econômicos inteiros em virtude do lucro de uma única empresa". A candidatura de Lili também está na luta contra mais esse ataque aos empregos e à soberania.

Tiago Maciel

Em Minas, operação Kalil patina

A decisão de Lula de fazer um acordo com Kalil, do PSD, para apoiá-lo ao governo em troca, supostamente, de um palanque forte no segundo maior colégio eleitoral do país, está encontrando dificuldades.

Imposta à militância do PT, que desejava uma candidatura própria ao governo, o apoio à candidatura de Kalil, ex prefeito de BH, (que trouxe junto o apoio ao senador bolsonarista

Alexandre Silveira) não só não decola nas pesquisas como tem visto a distância para o governador Zema (Novo), aumentar.

Segundo o último levantamento do Datafolha, Zema passou de 47% das intenções de voto para 52%, enquanto Kalil oscilou de 23% para 22%. Muito diferente do cenário de votação para o próprio Lula, que tem 49% das intenções de voto no estado, contra 29% de

Bolsonaro.

A situação traz uma série de contradições. Uma parte dos petistas, movida por um sentimento de urgência em derrotar o privatista e bolsonarista Zema à qualquer custo, decidiu se engajar na campanha ou votar em Kalil.

Outra parte vê tudo com uma certa desconfiança. Afinal, ainda que ele não seja igual a Zema – Defende Lula, se comprometeu

a não privatizar empresas mineiras como a CEMIG (energia) e Copasa (Saneamento), recusa o regime de recuperação fiscal e tem como vice o líder do PT na Assembleia, André Quintão – Alexandre Kalil, na prefeitura de BH, manteve a política de entregar serviços públicos a Organizações Sociais e recusou aplicar o piso nacional aos professores.

Velho patrão, ele é cabeça

de chapa no estado de um partido da burguesia (PSD), que votou todas as medidas do golpe e contra os direitos dos trabalhadores.

Para os que estão desconfiados, com razão, tudo se concentra na campanha Lula e dos candidatos proporcionais, já que o PT não apresentou, de fato, uma alternativa ao governo do Estado.

Juca Gonçalves

Comícios marcam início da campanha

BELO HORIZONTE



SÃO PAULO



Dezenas de milhares de pessoas foram nos primeiros comícios da campanha Lula, na praça da estação em BH e no Anhangabaú, em São Paulo. A presença, no entanto, foi aquém do necessário diante das ameaças golpistas de Bolsonaro. O clima nos dois comícios não era de muito entusiasmo, com os palcos perfilados de “ex” golpistas, mas mudou com a entrada no palco da presidente Dilma Rousseff em São Paulo, que aqueceu a massa.

EM ALAGOAS, PROFESSORES E ESTUDANTES DEBATEM A LUTA PELA CONSTITUINTE

Correu no dia 24 de agosto, um debate sobre a crise institucional e a necessidade de uma Constituinte Soberana, na Universidade Estadual de Alagoas, Campus Arapiraca. O evento foi organizado pelo Centro Acadêmico de Direito e contou com a presença dos professores Luiz Gomes, do DAP, Inaldo Valões, Jádney Aragão e do juiz aposentado Marcelo Tadeu.

Em sua intervenção, o jurista Jádney Aragão discorreu sobre a relação entre o direito, quadro institucional e a participação popular. E concluiu que no quadro da crise atual, uma “reformulação constitucional é necessária e que tem que ter participação popular, já que todo poder emana do povo”.

Para o professor do curso de História, Luiz Gomes, mais de 120 emendas constitucionais desfiguraram a Constituição de 1988, e Bolsonaro e os militares fazem ameaças golpistas se aparrando no famigerado artigo 142, que preservou a tutela militar. Como o povo não se reconhece nas atuais instituições, a saída é a palavra ao povo, como no caso do Chile, onde foi convocado uma constituinte e uma nova constituição vai ser submetida ao referendo popular no dia 4 de setembro.

“No Brasil uma constituinte com Lula é necessária para revogar a reforma trabalhista, a reforma previdenciária e atender as necessidades do povo trabalhador”, finalizou o professor Luizinho.

Para o juiz Marcelo Tadeu, o Judiciário é tido como um poder conservador e a operação Lava Jato revelou abuso de poder. Segundo o juiz, “o Judiciário precisa ser profundamente reformado e uma saída pode ser a de Juízes com mandato para tribunais, mas que as reformas profundas, de fato, só poderão ser feitas por uma Constituinte Soberana”.

Já o professor Inaldo Valões, destacou que a Constituinte Soberana se coloca como a saída positiva para resolver a crise institucional atual e as necessidades de milhões de brasileiros que tiveram seus direitos destruídos e que são vítimas da injustiça e desigualdade social.

Depois das exposições, ocorreram intervenções dos alunos, que ajudaram a pontuar as contradições entre as instituições e os interesses populares e nacionais.

Correspondente

DAP DOCENTES REALIZA DEBATE COM EMIR SADER

Foi realizado no dia 24 de agosto um debate convocado pelo grupo nacional de docentes do Ensino Superior do DAP com o tema “Voto Popular, Lula e Constituinte”.

Participaram como convidados os professores Emir Sader (PPFH-UERJ) e Alessandro Soares (Direito-Mack). A professora Erika Suruagy (UFRPE) foi a mediadora.

A atividade foi transmitida ao vivo pelo Youtube contando com mais de cem pessoas assistindo. O prof. Emir Sader destacou o importante papel da assembleia constituinte do Chile e o lugar das reivindicações na mobilização, traçando comparações com o Brasil. O prof. Alessandro Soares destacou que “a soberania popular tem sempre a possibilidade de se realizar e aprovar e autorizar o chamamento de um processo constituinte”.

O tema está diretamente ligado com a luta atual para eleger Lula presidente, fortalecer os Grupos de Base do DAP nas universidades para ajudar a derrotar Bolsonaro, garantindo o voto popular. Como afirma o texto que

convocou o evento:

“É urgente garantir a vitória de Lula. Mas a eleição é apenas o primeiro passo. Muita luta será necessária para garantir o respeito ao voto popular (que Bolsonaro pretende pisotear) e permitir que o novo governo reconstrua e transforme o Brasil – revogando todas as contrarreformas e enfrentando as instituições golpistas.”

Fruto de uma Assembleia Constituinte congressual, em 1988, a Constituição brasileira não resolveu as grandes questões nacionais e democráticas, embora contenha conquistas populares, e foi desfigurada nos últimos 30 anos. Só este ano, emendas de Bolsonaro introduziram 26 modificações na CF, um recorde.

Neste quadro jurídico, as elites golpearam Dilma, prenderam Lula, liquidaram direitos.

O debate aprofundou essas questões e ajudou a preparar e impulsionar os grupos de docentes do DAP que hoje estão em campanha para ampliar e ligar as lutas em defesa das universidades públicas com a campanha Lula.

DAP REÚNE COMITÊ NACIONAL E CANDIDATOS

Comitê Nacional e candidatos do DAP de vários estados fizeram uma plenária nesta segunda-feira (29) com o objetivo de discutir a situação e uniformizar a intervenção nessas decisivas semanas que restam de campanha.

Markus Sokol, do comitê nacional, introduziu a discussão apresentando elementos da situação internacional e nacional.

Após a fala de Sokol, vários candidatos e membros do comitê nacional se inscreveram para relatar suas experiências. Bianco, candidato a deputado federal no Paraná, relatou o diálogo que trava com eleitores, afirmando que “tem sido fácil discutir com o povo sobre a base dos 13 pontos que o DAP apresenta”, introduzindo a questão da Constituinte através dos problemas concretos que o povo vive.

Lili, candidata a federal em SP concordou com a avaliação de Bianco e considerou que “está faltando, da parte do PT, um diálogo concreto com a população” e que cabe aos candidatos fazer esta discussão.

Gabriela, candidata a deputada federal no Rio de Janeiro apoiada pelo DAP disse que o próximo material de campanha dela “será o panfleto com os 13 pontos, numa região difícil que é a de Rezende, onde há forte presença dos

militares, mas é possível fazer essa discussão”.

Sumara, de Minas Gerais, relatou como foi o comício de Belo Horizonte: “Lula se comprometeu a não privatizar a Caixa, o BB e os correios, mas não fez referência a questão das reformas trabalhista e da previdência.”

Garry, haitiano naturalizado brasileiro e candidato a deputado estadual em SP, reafirmou sua disposição de levar as bandeiras do DAP na sua campanha, concluindo “só o povo salva o povo”.

Paulo Farias, do Rio Grande do Sul, afirmou que o PT tem propostas para colocar Bolsonaro nas cordas. “Bastaria mostrar a situação real das famílias brasileiras que não tem o que comer, que não tem salário, o desemprego aumentando”, definiu.

Andreia, de Santa Catarina, explicou como está sendo fazer a campanha num estado onde Bolsonaro fez quase 70% dos votos em 2018. Segundo ela “hoje a situação é diferente, há um empate técnico entre Lula e Bolsonaro e a situação pode ser revertida”.

Ao final, os candidatos do DAP saem fortalecidos para levar a campanha em diálogo com a população, com panfletagens, visitas a fábricas, bairros e comícios.

Salomão

Metroviários de BH em greve contra privatização

Os metroviários da CBTU (Cia. Brasileira de Trens Urbanos), empresa estatal federal, lutam há mais de duas décadas contra a privatização da empresa. Depois da privatização do metrô de Salvador, a "mira" se voltou para a empresa em Belo Horizonte.

Tribunal de Contas da União (TCU) aprova a privatização

Em 24 de agosto e às pressas o TCU aprovou a privatização do metrô de Belo Horizonte a partir de um projeto cheio de irregularidades e metas que os metroviários questionam, mas que o governo Bolsonaro e Zema, assim como o TCU, não respondem visto que o fundamental é passar um serviço público à iniciativa privada.

Com a decisão, os metroviários imediatamente paralisaram em 100% suas atividades, mas a CBTU recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho

(TRT) que exigiu a volta em 60% do funcionamento do metrô, sob pena de uma multa diária de R\$ 35mil.

Sindimetro-MG com a palavra

Daniel Glória Carvalho, presidente do Sindicato, analisou como a categoria está vendo a situação. "Há anos nós metroviários lutamos contra a privatização. Há anos convivemos com a empresa sendo sucateada através de corte de verbas e sem um único investimento. Mas o dinheiro existe quando se trata de usá-lo para iniciativa privada. Serão R\$ 2,8 bilhões do governo federal e R\$ 430 milhões que virá do governo Zema como parte do acordo com a Vale, produto do crime de Brumadinho. Aos trabalhadores informam que terão 12 meses de estabilidade na empresa privada e nada mais. O clima entre os metroviários é de insegurança. Muitos faltando poucos anos para se aposentarem se



Em assembleia, Metroviários decidem entrar em greve

preocupam com a possibilidade de ficarem sem trabalho e sem aposentadoria". Diante da grave situação, Daniel explica que "só nos restou ir à greve ao mesmo tempo que seguimos na tentativa de barrar o leilão. Queremos retardar tudo isso o máximo possível esperando derrotar o governo Bolsonaro nas urnas. Aí acredito que

teremos melhores condições para impedir a nossa e qualquer outra privatização."

A partir do final de setembro o leilão poderá ser marcado a qualquer momento. O movimento dos trabalhadores contra a privatização exige a mais ampla solidariedade.

Sumara Ribeiro

Servidores de SP encerram campanha salarial

A luta arrancou conquistas e agora é contra privatizações na saúde e educação

Os servidores municipais de São Paulo encerraram sua campanha salarial após a aprovação do Lei nº 17.841/22 neste mês de agosto. A campanha salarial iniciada em fevereiro de 2022, arrancou reajustes com pagamento das novas tabelas salariais desde a data base de 1º maio.

Os reajustes foram variados. Para algumas carreiras e níveis, acima da inflação para outros, abaixo.

Também arrancou uma atualização dos Auxílios-Refeição e Vale-Alimentação para o funcionalismo.

Apesar da desigualdade de reajustes, os servidores saem desta campanha com a cabeça erguida e com disposição de preparar a próxima para exigir a reposição das perdas inflacionárias acumuladas. Pela primeira vez em anos, a política de reajuste

simbólico de 0,01%, uma prática recorrente da prefeitura de SP, foi superada.

Segundo Luana Bife, diretora do sindicato dos servidores "foi uma campanha salarial dura na cidade SP, pela primeira vez na história o governo não negociou de fato a pauta da campanha salarial. Mas, a mobilização dos servidores arrancou pontos importantes, como fim do ciclo da política do 0.01%. A luta continua em defesa dos serviços públicos, por valorização dos servidores do nível básico e médio, pela recomposição dos quadros extintos e pela realização de concurso público".

Haverá continuidade, segundo Vladimir Lima, também dirigente do sindicato. "O próximo passo é garantir a manutenção da evolução funcional das carreiras de nível básico, médio,

nível universitário e saúde; a defesa incondicional das carreiras da educação, com a incorporação do abono complementar do piso de 31,77% nas tabelas salariais; o pagamento dos pisos nacionais de endemias e enfermagem; a reversão da extinção de cargos e a revogação do confisco de 14% dos salários de aposentados e aposentadas."

Luta contra a privatização na Saúde e Educação

A prefeitura publicou proposta para privatização dos prédios e da gestão dos 12 hospitais municipais ainda sob administração pública. Na Câmara Municipal tramita um projeto que visa privatizar a gestão das escolas para Organizações Sociais.

Para João Gabriel Buonavitta, presidente do sindicato dos servidores

"O Sindsep vai se preparar para as próximas lutas, como a construção da campanha salarial de 2023, e, desde já, organizar a luta contra todas as formas de terceirização e privatizações, como a recém anunciada entrega de setores de 12 hospitais para as "parcerias Público Privado" e a proposta do PL 573/21 que busca privatizar a gestão escolar para Organizações Sociais. Nossas lutas não devem estar dissociadas da disputa por mudanças no país, concentrada nas eleições, exigindo o respeito ao voto popular para pôr fim ao governo Bolsonaro. É preciso reverter todos os ataques que os trabalhadores vêm sofrendo, na defesa aos serviços públicos, pelas revogações da Emenda Constitucional 95, da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista."

Alexandre Linares

Sindicatos tomam posição pelo respeito ao voto popular

Diante das ameaças do governo Bolsonaro às eleições, com o pretexto das urnas eletrônicas, sindicatos de várias partes do país começam a tomar posição firme pela defesa do voto popular, adotando uma moção, que permite dialogar sobre o tema com toda a categoria.

Moções neste sentido já foram

aprovadas na Condsef (Confederação Nacional dos Servidores Federais), Sindsep-DF (Sindicato dos servidores federais do DF), Sindsep-SP (sindicato dos servidores municipais de SP), Sintrasm (Sindicato dos Servidores Municipais de Florianópolis), Apeoesp (Sindicato dos Professores de SP), Sinssp (Sindicato da Previdência

do Estado de SP), além de outras entidades,

No Sintrasm a discussão foi no Conselho Deliberativo da entidade e agregou ainda, "derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas, em defesa do voto popular, pelo voto em Lula, em defesa dos direitos dos trabalhadores". Essa resolução será levada à assembleia da

categoria para ratificação.

A moção continua circulando, pois é necessário armar o movimento sindical e popular e preparar a luta pela revogação da reforma trabalhista, da previdência, do teto de gastos e, assim, recuperar nossos direitos. E tudo isso passa pelo respeito à soberania do voto popular.

Bancários mantêm direitos, mas tem perda salarial

Aumento real só nos vales e PLR neste ano e de 0,5% em 2023

Em 26 de agosto, em consulta remota realizada em todo o Brasil nas bases da Contraf-CUT (ramo financeiro), mais de 98% dos bancários votantes rejeitou a proposta de reajuste salarial da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) que fica 2% abaixo da inflação do período.

Os bancos, recordistas em lucros bilionários, não se dispõem sequer a reajustar os salários pela inflação,

depois de 18 rodadas de negociação com o Comando nacional dos bancários.

A presidente da Contraf, Juvandira Moreira declarou que “não vamos aceitar proposta que não traga aumento real de salários”, mas, em 31 de maio, o Comando orientou a aprovação da proposta da Fenaban de 8% de reajuste salarial (abaixo da inflação); 10% nos vales alimentação e refeição mais adicional de

R\$ 1 mil; PLR corrigido pelo INPC. Em 2023 todos esses valores serão reajustados pelo INPC mais 0,5%.

Ainda que tenha havido avanços no auxílio-doença, na inclusão de cláusulas sobre teletrabalho, assédios moral e sexual, a falta de uma maior mobilização nas agências e da preparação concreta de medidas de pressão sobre os banqueiros (paralisações ou greve), impossibilitaram um resultado melhor.

Nos Correios, proposta de mediação do TST é aceita

A direção da ECT queria impor reajuste zero e atacar direitos

As federações de trabalhadores dos Correios (ECT), a Fentect-CUT e a Findect-CTB, diante do encerramento das negociações por parte da estatal com a proposta de reajuste zero, entraram com pedido de mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Ministério Público do Trabalho (MPT) para reabri-las.

O TST, após ouvir as partes, fez

proposta de reposição integral da inflação nos salários e benefícios, pagamento de PLR linear, pagamento de adicional em trabalho no fim de semana, vale alimentação também nas férias, liberação de dirigentes sindicais e manutenção das demais cláusulas de acordo anterior, mediante compromisso das federações e sindicatos de não deflagração de nenhum dia de greve.

Escaldada ainda pelos resultados da greve nacional de mais de 30 dias de agosto de 2020, que ficou isolada e sofreu uma dura derrota, a categoria aceitou a proposta mediada pelo TST em assembleias realizadas em 31 de agosto em todo o país. Resta saber qual vai ser a atitude da direção dos Correios, se aceitará ou não a proposta acolhida pelos trabalhadores.

Bases da FUP rejeitam proposta da Petrobrás

Terceira contraproposta rebaixada da empresa é rechaçada

Os sindicatos da base da Federação Única dos Petroleiros (FUP, filiada à CUT), realizam assembleias em todo país entre 23 de agosto e 4 de setembro. Nelas a terceira contraproposta da direção da Petrobrás para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022/23 vem sendo rejeitada pelos trabalhadores.

Na maioria das unidades do Sistema Petrobrás, essa rejeição foi por unanimidade, refletindo a revolta dos petroleiros com a intenção da direção de empurrar um acordo com vários retrocessos, com as gerências usando de ameaças e práticas antissindicais, com dirigentes sendo impedidos de ingressar nos locais de trabalho.

Os indicativos que vem sendo aprovados nas assembleias são os seguintes: rejeitar a 3ª contraproposta; intensificar as mobilizações com paralisações pipoca, operações



Assembleia em São Paulo rejeita contraproposta da Petrobras

padrão e outras ações de participação da base; prorrogação do atual ACT até o final das negociações com garantia da data-base; autorizar a FUP a retomar negociações diretas ou com mediação do TST.

Os pontos centrais para a FUP e sindicatos são: garantia de emprego; manutenção de acordos regionais

do NF (desembarque, manutenção e auxílio deslocamento); e de 13% para descontos no AMS (plano de saúde); preservação de adicionais (gasodutos e Transpetro); fim dos ataques aos sindicatos e manutenção da relação trabalho X folga em 1 X 1,5 nos prédios administrativos (turno de 12 horas).

Cadê a unificação das campanhas salariais?

Em 28 de agosto a CUT completou 39 anos de existência. A principal central sindical do Brasil e uma das maiores do mundo nasceu na luta contra a ditadura militar e por liberdade e autonomia sindical por decisão de mais de 5 mil delegados do campo e da cidade, dos setores público e privado, para coordenar e centralizar a luta da classe trabalhadora.

Ao longo dos anos, as campanhas salariais do 2º semestre sempre foram momentos importantes de centralização, por envolver setores importantes como os bancários, os trabalhadores dos Correios e os petroleiros, que negociam condições de salário e trabalho nacionalmente, e também metalúrgicos. A busca pela unificação dessas campanhas salariais sempre foi uma marca da CUT.

Mas, neste ano de 2022, como podemos ver ao lado, essas campanhas, além de isoladas entre si, parecem não reunir as condições para um enfrentamento eficaz com os patrões com a utilização da arma da greve.

Quais as razões para isso?

Sabemos que o sindicalismo atravessa um momento de crise no país. Crise de representação, crise financeira, acentuadas por ataques à organização sindical promovidos desde o governo Temer e ampliados por Bolsonaro.

Nesse quadro, muitas direções sindicais, a pretexto da pandemia, adotaram o “fique em casa” como conduta, afastando-se de sua base que voltava ao trabalho presencial. Mais de 70% dos acordos e convenções coletivas foram feitos com reajustes abaixo da inflação, logo com perdas salariais.

Neste ano não houve por parte da direção da CUT qualquer iniciativa para unificar as campanhas salariais do segundo semestre, o que tem reflexos nos resultados obtidos isoladamente por bancários, petroleiros e ecetistas diante dos ataques dos seus patrões. Uma resposta conjunta por parte da CUT poderia ser possível, mas não parece ser a preocupação da maior parte dos dirigentes da central, que preferem priorizar a eleição de Lula presidente.

Ora, ninguém nega a importância das eleições presidenciais e gerais, mas os sindicatos e a CUT não podem reduzir a sua ação apenas à de cabos eleitorais, devem defender os interesses de sua base, a classe trabalhadora, em qualquer circunstância. Cedo ou tarde essa paralisa da direção da CUT em organizar a unificação da luta direta da classe trabalhadora será cobrada por suas bases.

Julio Turra

Patrões fazem terrorismo para não pagar o piso da enfermagem

Na pandemia os profissionais de saúde da enfermagem impulsionaram, com seu reconhecimento e atuação no SUS, um projeto de piso salarial há muito tempo almejado. Porém desde que o Projeto de Lei do piso da enfermagem, do senador Fabiano Contarato (PT-ES), foi aprovado e sancionado, o patronato dos hospitais particulares tem feito dezenas de declarações terroristas junto à imprensa, ameaçando diminuir o atendimento, fechar leitos e demitir esses e outros profissionais.

Pesquisa de opinião dos patrões?

Para basear essas ameaças o patronato do setor privado tem divulgado uma pesquisa realizada pela Confederação das Santas Casas, que teria consultado 2.511 unidades médicas, incluindo hospitais privados, filantrópicos, Santas Casas, clínicas especializadas e serviços de diagnósticos. Essa pesquisa concluiu que o reajuste salarial da enfermagem pode resultar na perda de 83 mil postos de emprego e o fechamento de 20 mil leitos.

O Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo pediu ao Dieese uma análise das supostas pesquisas apresentadas pelos representantes dos hospitais privados e o resultado não surpreendeu.

A nota do Dieese diz que a tal “pesquisa” é enviesada e sem consistência científica. Não há nenhuma informação, por exemplo, sobre como foi calculado o percentual de acréscimo na folha de pagamento das instituições, que segundo consta na apresentação, seria de 60%. Este percentual é muito superior ao estimado pelo Grupo de Trabalho que analisou o Impacto dos Pisos Salariais Fixados no PL 2564/2020 na

Câmara dos Deputados e concluiu que esse impacto seria de R\$ 16,310 bilhões de reais, valor que representa um acréscimo de apenas 2,02% da massa salarial anual das organizações contratantes, conforme registrado na RAIS-MTP – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência, mais completo registro administrativo do emprego formal do país.

No caso das Entidades Empresas Privadas e Entidades sem Fins Lucrativos, conforme consta no Relatório do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, os impactos estimados pelo DIEESE, ANAHP e ABRANGE ficaram entre R\$ 10,468 bilhões e R\$ 12,142 bilhões, o que representa menos de 13,3% da massa salarial anual das Empresas Privadas e Entidades sem Fins Lucrativos do setor de Saúde, de acordo com o registros da RAIS-MTP.

Uma enfermeira de São Paulo, atuante no setor privado resumiu a situação com indignação, “eles (patronato) fazem propaganda que não vão conseguir pagar um valor que já foi rebaixado do que era o pedido da enfermagem, e é um absurdo ameaçar com demissão!”.

Sem piso e convenções aquém do necessário

A última ação do sindicato patronal do setor privado – Sindhosp - foi a de aderir a ação de inconstitucionalidade para a lei do piso da enfermagem, alegando que a lei seria eleitoreira e ilegal, com reajustes acima da inflação. Tudo isso para não pagar os valores do piso salarial nacional da Enfermagem que são de R\$ 4.750,00 para enfermeiros e enfermeiras, de R\$ 3.325,00 para técnicos e técnicas

de enfermagem, e de R\$ 2.375,00 para auxiliares de enfermagem e parteiras.

Agrega-se a esse fato que nesses anos, com a justificativa da pandemia, esse sindicato patronal tem colocado muitos impedimentos ao fechamento das convenções coletivas com as categorias de saúde em geral, celebrando acordos muito abaixo da inflação. Os fisioterapeutas em São Paulo somente conseguiram fechar o acordo de 2021 com intermédio e dissídio na justiça. Com o sindicato dos médicos em São Paulo desde 2020 a convenção não é assinada, e os valores propostos são todos abaixo da reposição inflacionária. A última convenção coletiva com o sindicato dos enfermeiros em São Paulo tem como piso para enfermeiros: R\$ 3.921,14 na capital e R\$ 3.676,20 no interior. E foi fechada com valores de reposição abaixo da inflação. Em Minas Gerais os enfermeiros tiveram reajuste no ano passado de 2,5% e os demais profissionais da enfermagem reajuste de 4%! Num ano de inflação acima de 10%! No Ceará o piso da convenção assinada é de 2.688,51 e o reajuste dado aos enfermeiros foi de apenas 6,76%.

Lucro recorde do setor privado na pandemia

Essas declarações correm em paralelo a informações de lucro recorde do setor privado de saúde na pandemia. O lucro líquido dos planos de saúde cresceu 49,5% em 2020, com uma receita de R\$ 217 bilhões, segundo dados da ANS. A receita dos planos de saúde cresceu, em 2021, R\$ 10 bilhões em relação a 2020, reflexo do acréscimo de quase dois milhões de consumidores neste período.

Organizações Sociais também não querem pagar o piso

Em São Paulo as PPP's já avisaram: não vão pagar o piso para a enfermagem. Em campanha salarial com acordos que são fechados no segundo semestre, as categorias já ouviram do patronato das OSs que não há verba prevista para esse pagamento, e que a lei recentemente aprovada só contempla os servidores!

O piso nacional terá de ser pago a partir de 5 de setembro nos hospitais privados, filantrópicos, clínicas etc. Os servidores públicos devem receber a partir de janeiro de 2023.

Juliana Salles



GOVERNO CORTA 29% DO INVESTIMENTO EM SAÚDE

O governo federal, comandado por Jair Bolsonaro propôs uma redução de R\$ 621,6 milhões de reais nos investimentos do Ministério da Saúde para 2023. A proposta está no projeto de Lei Orçamentária Anual, enviado ao Congresso no final de agosto.

As verbas de investimento são destinadas para a troca de mobiliários, manutenção de prédios públicos, ampliação das unidades de saúde e outras medidas. O valor total de 1,5 bilhão de reais é praticamente irrelevante para um país da dimensão do Brasil.

Na mesma proposta o governo também pretende reduzir o valor destinado a compra de imunobiológicos, incluindo vacinas. A previsão é passar de R\$ 9,2 bilhões para 8,7 bilhões em 2023.

Pisão em pescoço “necessário”?!

Justiça militar absolve PM que pisou em pescoço de mulher negra

A justiça militar do estado de São Paulo inocentou o policial militar João Paulo Servato que pisou no pescoço de uma mulher negra, de 53 anos, com a desculpa de imobilizá-la em maio de 2020, em Parelheiros, na zona sul paulistana.

A vítima da violência policial pediu que sua identidade não fosse revelada, mas de acordo com o que foi amplamente divulgado à época pela imprensa, se tratava de uma comerciante que tentou impedir que dois clientes seus sofressem uma brutal agressão pelos PMs.

Apesar das imagens em vídeo

mostrarem claramente a ação desproporcional e violenta de Servato, que além de pisar no pescoço da mulher, quebrou sua perna, a Justiça Militar declarou em sentença que as imagens “mostraram menos que 10% de tudo que ocorreu” e por isso não poderiam “comprovar o que ali aconteceu e a verdadeira dinâmica do evento”.

A sentença ainda defende que “embora tecnicamente incorreta” a postura do PM em colocar o pé sobre o pescoço da mulher foi um procedimento “não criminoso e necessário”.

Necessário pra quem? Para o povo, necessário é a desmilitarização da PM.



Muito barulho no andar de cima

Desarmonia dos poderes de uma República esgotada



Moraes reunido com comandantes da PM

A um mês do primeiro turno das eleições presidenciais, é visível um grau de tensão na classe dominante que atravessa as instituições do Estado. Por baixo, no entanto, a campanha eleitoral está começando.

O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, prestigiado numa cerimônia de posse inédita, se sentiu com força para adotar uma série de medidas.

Em particular, teve grande repercussão o mandato de apreensão de celulares e interdição nas redes sociais, além da quebra de sigilo e bloqueio das contas de oito grandes empresários bolsonaristas, notoriamente golpistas. Às vésperas do bicentenário, o motivo foi a relação deles com os atos golpistas do 7 de setembro passado cujo financiamento subterrâneo não foi até hoje apurado.

“Liberdade”?

Saíram notas de protesto em defesa da “liberdade”, das federações das indústrias de MG, BA, RS e PA, além da FIESP que havia publicado um manifesto “democrático”, agora junto com uma penca de entidades da Construção Civil.

De fato, algumas medidas de Moraes vão além da simples investigação e constituem um cerceamento de caráter preventivo, discutível no quadro da liberdade de expressão. Como quando o mesmo Moraes, há poucos meses, extrapolou e enquadrado o PCO no inquérito das “fake news”, pelo crime de atacar o STF; de fato, violando a liberdade de

expressão.

Na verdade, faz mais de dez anos que, à sombra da Constituição de 88, as buscas e apreensões policiais se tornaram comuns. Na época da Lava Jato, essas entidades empresariais não reclamaram, nem da quebra de empresas da construção naval, da engenharia e do petróleo e gás que geraram centenas de milhares de demissões, e até grandes empresários foram detidos. Não reclamaram pela boa razão de que o alvo era destruir Lula e o PT, um grande consenso na classe dominante nacional e internacional.

Nada disso é normal

Agora é diferente, a classe dominante está dividida. Depois do golpe do impeachment onde estava unida, não encontrou mais um candidato “seu” com alguma audiência, embora tenha gostosamente apoiado Bolsonaro contra Lula, Haddad e o PT. A partir daí, a criatura – apoiada nos generais que voltaram ao primeiro plano – se agarrou ao poder mais que do queriam os criadores, a ponto de ameaçar não reconhecer o resultado das urnas. Neste ponto estamos, não há consenso por cima e as instituições fragilizadas estão em crise.

É aí que entra Alexandre Moraes. Na crise ele tenta se erguer como o condutor (bonaparte) capaz de ordenar a saída de Bolsonaro do poder. Nisso, tem o apoio de um setor da classe dominante, de Biden que não quer um trumpista no governo

brasileiro, e de setores da burguesia associada.

Mas Moraes não é o consenso. Daí o espaço em que se move o Procurador Geral da República, Rodrigo Aras, que pretende vocalizar um outro setor mais próximo de Bolsonaro: os “faria limers”, o agronegócio e outros empresários poderosos com laços internacionais.

O resultado é uma disputa que não deveria haver em instituições de Estado harmônicas:

- Moraes recebe os comandantes das PMs que lhe garantem ter o controle da tropa, para decidir criar um inédito “sistema de inteligência” centralizado por Moraes para o dia das eleições!

- Aras, por sua vez, recebe o ministro da Defesa e os comandantes das Três Armas para oficialmente discutirem o “papel das instituições”!

Por fim, Moraes recebe Aras, não sabe para quê, e depois se reúne o ministro da Defesa e seus “técnicos”. A mídia aflita, filtra que os generais que têm tropa negociam com Lula e Bolsonaro, certamente em vista de continuarem a tutela militar. Nada

disso é normal!

Sair da enlacrada por baixo

Como sair da enlacrada? É por baixo, onde a campanha eleitoral de Lula e do PT podem reunir uma força de mudança capaz de pôr ordem na perigosa bagunça que a classe dominante criou por cima.

Os comícios começaram mornos, porque a campanha tem perfil rebaixado pelo programa e pelas alianças. Alguns candidatos do partido escondem o PT e até Lula. Mas a campanha deve esquentar, como quando no comício de SP, se anunciou Dilma e a multidão vibrou: ela não esqueceu do golpe e, provavelmente, os golpistas que agora estão no palanque.

Os candidatos do Diálogo e Ação Petista atuam conscientemente, levantando as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores e os oprimidos, que correspondem ao sentimento pró Lula, apontando para as tarefas do novo governo, como a abertura de um processo constituinte soberano, o que passa pela exigência de respeito ao voto popular.

Markus Sokol



O QUE FALTA NA TV?

Na entrevista no Jornal Nacional, Lula entrou favorito e saiu favorito. No Debate da Band foi ofuscado. A propaganda eleitoral gratuita começou, mas Lula tem evitado falar da ameaça de Bolsonaro às urnas e, em geral, deixa os direitos dos trabalhadores em segundo plano.

O realismo recomenda não ficar focado no chamado “legado” dos 13 anos de governo. Isso facilita aos adversários fazerem ataques morais ou mentirosos dos quais tem que se defender. Teria que trazer mais propostas de futuro para quem sofre.

É enganoso achar que vamos ganhar por inércia – não é o que indicam as pesquisas. Insistir em Alckmin como o “trunfo” eleitoral é um aceno na direção errada.

Na Band, o melhor momento foi lembrar a madame candidata do que pensam “o seu jardineiro, o seu motorista e a sua empregada doméstica”. Esse é o tema a ser mais e melhor desenvolvido, as necessidades do povo.

É hora de falar o que o povo quer ouvir, apresentar propostas de governo que só o PT pode fazer. Como quando em 2002 Lula prometeu 10 milhões de empregos, mesmo se no primeiro mandato só se criou 5 milhões, aquilo foi um passo na direção certa. É nesse terreno que os adversários não têm muito o que dizer, não têm credibilidade para fazer, nem a menor capacidade de mobilizar a força social necessária para superar os obstáculos.

O coração de Dom Pedro

O coração de Dom Pedro chegou ao país para as comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil. Na sua chegada, as viúvas da ditadura que hora estão no poder, fizeram hastear as bandeiras de Portugal e da Monarquia.

É a segunda vez que Dom Pedro visita o Brasil depois de morto.

A primeira vez em 1972,

trouxeram seu corpo para as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, em plena ditadura militar.

Agora, na segunda vez, a história se repete com a chegada do coração de Dom Pedro I para o bicentenário da Independência.

Independência do Brasil? Independência de quem e para quem?

Diferentemente do que

aconteceu em outros países, onde a independência ocorreu juntamente com o fim da escravidão, no Brasil gerou uma monarquia baseada no trabalho escravo.

A independência negociada, acertada e pactuada foi feita num grande acordo entre os membros da família imperial e as elites escravocratas dos grandes proprietários de terra

recessos em perder seu principal privilégio, a escravidão.

E várias revoltas populares que buscavam a Independência do Brasil, foram violentamente combatidas (ver pág. 10).

Para o povo pobre e preto das periferias do país, a Independência do Brasil ainda não aconteceu e está colocada na ordem do dia.

A ditadura militar acabou,

mas as viúvas da ditadura que não foram punidas pelos seus crimes, são atualmente representadas pelo inominável que ainda vamos ter que aturar, pelo menos até 1º de janeiro de 2023.

O caminho para uma verdadeira independência passa, obrigatoriamente, por derrotá-lo.

Oswaldo Martinez D´Andrade

As lutas populares na independência

Terceira e última da série sobre os 200 anos da Independência do Brasil

O modelo de independência traçado desde antes de 1822 pelas classes dos ricos proprietários, dos fazendeiros, dos grandes comerciantes e dos donos de escravos era de um Brasil que nascia de joelhos, dominado pela Inglaterra e pela monarquia para seguir escravizando e explorando o seu povo. Mas para as camadas populares, trabalhadores livres pobres, mulheres, indígenas, negros escravizados a independência trazia esperanças e um caráter revolucionário. Esse sentimento popular transbordou nas inúmeras revoltas de escravos e nas províncias como a dos Cabanos no Pará e Amazônia, na revolta Praieira em Pernambuco e nas insurreições populares dos Balaios em grandes regiões do Maranhão e Piauí. Essas explosões de revolta se somavam com as permanentes e inúmeras rebeliões e lutas de resistência cotidianas dos escravos e dos vários quilombos negros pelo país afora. A nação brasileira se construiu nessas lutas.

As lutas contra a escravidão

Os quilombos e mocambos são constantes na paisagem brasileira desde o século 16. Nasceram como refúgios e seguiram se formando mesmo após a independência. Desse período temos o famoso Mocambo do Pará criado em 1820 perto de Manaus na Floresta do rio Trombetas. Reunia em 1823 mais de 2000 pessoas entre negros e indígenas, que resistiram ferozmente aos vários ataques armados para destruí-lo. Algumas lideranças conseguiram fugir e fundar um novo Quilombo só desmantelado em 1835.

Na Bahia houve grandes lutas de resistência e uma das mais conhecidas era o Quilombo do Cabula, nas grotas e matas das colinas que cercam Salvador a nordeste, sendo destruído por uma expedição militar no começo do século 19. A onda de rebeliões prosseguiu tanto na cidade quanto nos engenhos do Recôncavo baiano entre 1816 e 1835, quando ocorreram cinco grandes insurreições. A Rebelião dos Malês de 1835, foi a maior revolta de escravos que se tem notícia. Salvador tinha na época 65.000 habitantes, apenas 20% eram brancos e maioria dos escravos negros eram africanos, muitos deles alfabetizados e de religião muçulmana. A revolta ocorreu entre os dias 24 e 25 de janeiro e provocou uma brutal repressão, fuzilamentos e condenações aos principais líderes.

Cada movimento de revolta era respondido com leis mais severas. Os donos de escravos sempre exigiam mais repressão para proteger suas propriedades, as cadeias lotavam e



a partir da aliança entre trabalhadores escravos e livres o movimento abolicionista tomou forma, assim como outras revoltas, que colocavam a questão do fim da escravidão e da independência nacional, profundamente relacionadas, como reconheceu até mesmo o conservador José Bonifácio “sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua Independência nacional...”.

A revolução da Cabanagem no Pará

A revolta dos Cabanos do Pará começou em 1833 e foi até 1839, teve grande alcance e chegou a proclamar a República e governar a região por alguns anos. O Pará contava com um longo passado de agitações das massas trabalhadoras e um isolamento do restante do futuro país. Em 1832 ocorreu uma sublevação da comarca do rio Negro, futura província do Amazonas. Uma agitação popular obrigou o governo imperial a enviar interventores em 1833, o que provoca uma explosão de revolta que se alimentava da pobreza, trabalho escravo, autoritarismo dos grandes comerciantes e proprietários.

O novo governo tenta controlar os ânimos aplicando uma feroz repressão com perseguições, prisões arbitrárias e o recrutamento obrigatório para o exército e marinha. Explode um levante armado e na noite de 6 para 7 de janeiro de 1834 os revoltosos Cabanos tomam a cidade de Belém: o presidente, o governador e o comandante de armas são fuzilados. Toma posse o líder Félix Malcher, que ao jurar fidelidade ao imperador trai o movimento revolucionário e é também fuzilado.

Novas tropas imperiais são enviadas e desembarcam em Belém para um contra-ataque. Os Cabanos se refugiam no interior e mais uma vez atacam a capital e a tomam em agosto de 1834, proclamam a República declarando a região desligada do Império. Eles conseguem manter o poder por vários meses. Em abril

de 1836 chega ao Pará uma poderosa esquadra e depois de dura resistência dos Cabanos a capital é ocupada em 13 de maio. Muitos Cabanos se refugiam no interior do Amazonas e prosseguem na luta.

A revolução da Cabanagem foi o mais importante movimento popular de resistência ocorrido no Brasil no século 19 e o único em que as camadas trabalhadoras conseguiram ocupar o poder de toda uma província. O Regente Feijó que controlava o Império na época esbravejou em 1836: “O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: é preciso aplicar a tempo o remédio...”. Mas o vulcão popular seguia fervilhando tentando construir um outro Brasil.

Balaios e Praieiros contra o Império

Entre 1833 e 1841 o Maranhão foi teatro de outro grande levante popular que se estendeu pela vizinha província do Piauí. O Maranhão contava com pouco mais de 200.000 habitantes, sendo deles 90.000 escravos e uma enorme massa de trabalhadores rurais sertanejos empregados na pecuária. Não foi o único movimento, mas sucessivos levantes populares. Foram mais de três anos de revoltas das massas sertanejas e escravos contra a política de exploração dos grandes senhores. Em alguns locais a Rebelião dos Balaios se organizou em grupos permanentes, mas não conseguiram se articular aos movimentos dos escravos que lutavam por liberdade e que chegaram a formar um Quilombo próximo ao litoral entre os rios Tutóia e Pria. As forças imperiais buscaram impedir a união destes dois setores oprimidos de sertanejos e escravos. Os Balaios chegaram a tomar a cidade de Caxias e constituir um conselho militar e uma assembleia dos seus chefes, mas de curta duração. No começo de 1840 assumiu a província e o comando das tropas de repressão o coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, o maior

carrasco do Império, e que esmagou a insurreição dos Balaios.

Na província do Pernambuco a concentração de terras exploradas e a riqueza estava nas mãos de um punhado de ricos proprietários donos de legiões de escravos e agregados submissos. Ao lado deles havia uma burguesia comercial de portugueses rica e poderosa. Uma agitação popular com uma clara conotação de luta de classes ocorria desde 1842 contra esses ricos. Em 7 de novembro de 1848 explodiu um levante armado de mais de 2.000 pessoas contra o governo. O programa dos chamados “Praieiros” defendia o voto livre e universal para o povo brasileiro, liberdade de imprensa, trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro, independência dos poderes com extinção do poder Moderador, reforma do Judiciário para assegurar as garantias individuais do cidadão. Era um avançado programa democrático para a época. A revolta teve dificuldades para ganhar as amplas massas trabalhadoras e foi sufocada depois de 2 meses de luta em 3 de fevereiro de 1849.

A revolta dos Praieiros ocorreu no mesmo ano em que na Europa explodiu a primeira revolução de caráter internacionalista da classe operária, no mesmo ano da publicação do manifesto do partido comunista. A classe trabalhadora brasileira estava aos poucos se forjando desde 1822 nas diferentes revoltas contra a escravidão, nas lutas populares contra as classes dominantes e seu modelo de Brasil imperial, autoritário, escravocrata, sempre ajoelhado à Inglaterra e outras potências externas. A luta por um Brasil com verdadeira independência e soberania nacional, com democracia, direitos e liberdade para seu povo segue sendo o eixo das lutas da classe trabalhadora ao longo de todo o século XX de nossa História.

Everaldo Andrade

Reino Unido vive onda de greves

Movimentos têm sido aprovados pela grande maioria dos trabalhadores

Desde o final de junho, o Reino Unido tem sido abalado por greves, em reação aos aumentos de preços, nos transportes, aeroportos, correios, telecomunicações, entre outros setores. Em todas as ocasiões, a greve foi votada pela maioria, senão a quase totalidade, dos trabalhadores.

Diante da elevação vertiginosa dos preços (o Banco da Inglaterra prevê alta de 13% para outubro), os trabalhadores se mobilizaram maciçamente, e sua combatividade foi reforçada greve após greve. Deve-se notar que essas greves são geralmente bem recebidas pela população.

Nas ferrovias, no metrô e nos ônibus de Londres, uma greve de três dias foi convocada no dia 18 de agosto, a partir dos sindicatos RMT (ferroviários), TSSA (assalariados dos transportes) e Unite (grande sindicato interprofissional). Michael Lynch, secretário-geral do RMT, afirmou: "Os membros do sindicato estão mais determinados do que nunca a proteger suas aposentadorias, obter um aumento salarial decente, trabalho seguro e boas condições de trabalho".

O secretário-geral do TSSA, Manuel Cortes, disse: "Nossos filiados do transporte ferroviário estão entrando no terceiro ou quarto ano de congelamento de salários. Enquanto



Manifestação de enfermeiros por aumento salarial

isso, as despesas de alimentação e combustível estão disparando, e o aumento do custo de vida provocado pelos conservadores empobrece os trabalhadores".

Os 115 mil funcionários do Royal Mail (o correio britânico) votaram por esmagadora maioria por uma nova greve de quatro dias, no final de agosto-início de setembro. Terry Pullinger, do CWU (sindicato dos correios e telecomunicações), disse: "As tentativas do Royal Mail Group de minar as condições de trabalho serão recebidas com forte oposição".

Conquistas salariais

O sindicato dos enfermeiros, o

Royal College of Nursing, que representa 465 mil enfermeiros, parteiras e assistentes de saúde registrados no Reino Unido, considera a proposta de Boris Johnson de aumento salarial de 4,75% um insulto. O sindicato está organizando votação em setembro para convocar uma greve. Sua secretária-geral, Pat Cullen, pede aos membros que votem pela greve por um aumento salarial de 15%. A Associação Médica Britânica manifestou total solidariedade com o pessoal de enfermagem.

Os jornalistas do "Daily Mirror" recusaram o aumento salarial limitado a 3% que lhes foi oferecido, e votaram pela greve, com 79% dos

votos a favor.

Assustada com a ameaça de greve, a companhia aérea British Airways concedeu aumento salarial aos 16 mil funcionários não executivos da empresa (pessoal de cabines, manutenção e bagageiros), que deverá chegar a um aumento líquido de 13% até dezembro de 2022. Sharon Graham, secretária-geral do sindicato Unite, disse: "Fortemente apoiados pelo Unite, nossos sindicalizados forçaram a British Airways a oferecer um aumento de salários que serve para compensar os cortes salariais sofridos durante a pandemia".

A greve dos trabalhadores da Arriva North West [grande operadora de ônibus no noroeste da Inglaterra] foi cancelada porque os membros do sindicato GMB foram chamados a votar a respeito da nova proposta de reajuste oferecida: 11,1%. George Patterson, organizador do GMB, explicou: "Após semanas de ações sindicais, os patrões da Arriva finalmente voltaram com uma oferta que atende às expectativas dos membros do GMB. A ação reivindicatória será suspensa enquanto os sindicalizados votam sobre esse novo acordo. Se aceitarem, a greve estará oficialmente encerrada".

J. P. Martin, do jornal "Informações Operárias" da França

União Popular participará da eleição na Itália

Movimento recolhe 60 mil assinaturas em dez dias pelo direito de ter candidatos

A União Popular, movimento que propõe na Itália um programa de ruptura com a política do grande capital, afirmou em comunicado de 21 de agosto: "Recolhemos 60 mil assinaturas em dez dias, uma proeza extraordinária sem precedentes na história das eleições na Itália. (...) A União Popular estará nas cédulas de votação. (...) A cada assinatura, a cada reunião, tivemos a confirmação de que o país, o dos trabalhadores, dos jovens, dos estudantes, dos aposentados, precisa desesperadamente de uma representação".

Após a queda do governo de Mario Draghi, em julho, as eleições legislativas italianas foram mantidas para 25 de setembro. Um decreto de Draghi, emitido em maio, assegurou a todos os partidos que já estão no Parlamento – portanto, todos os que o haviam apoiado –, a possibilidade de apresentar candidatos sem restrições.

Para poder concorrer, a União Popular, dirigida por Luigi de Magistris, ex-prefeito de Nápoles, tinha de

recolher pelo menos 50 mil assinaturas até 20 de agosto, em plenas férias de verão na Europa. De Magistris explicou: "Nosso movimento e nosso projeto nasceram há pouco tempo, mas essa mobilização [pelas assinaturas] está sendo bastante encorajadora, estamos tendo sinais muito positivos. Enquanto a política das instituições nos mostra uma imagem verdadeiramente indigna de saltimbancos da República, que passam de uma cadeira para outra, somos os únicos a estar com a população, no processo de mobilização".

Governo Draghi

Mario Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu, havia chegado ao governo em fevereiro de 2021. Obteve o apoio de quase todos os parlamentares, da extrema direita ao Partido Democrático (que agrupa os restos do antigo Partido Comunista Italiano e da Democracia Cristã), para atacar as aposentadorias, privatizar, continuar a desregulamentação do trabalho, impor a



Luigi de Magistris e militantes reunidos colhendo assinaturas

austeridade à população.

Em contraposição, ocorrem greves e outras lutas importantes dos trabalhadores e da juventude contra essa política que os joga na miséria e na precariedade. Um exemplo é a mobilização contra o aumento das tarifas públicas que se desenvolve há quatro meses. A recusa "por baixo" à política de Draghi se combinou com uma crise nas cúpulas do Estado, o que levou ao fim de seu governo.

No programa da União Popular, pode-se ler: "Vivemos em um país

dividido em dois: há uma minoria que, mesmo durante pandemias e guerras, aumentou sua riqueza de maneira desproporcional, e uma maioria, enorme, que dificilmente tem algo no fim do mês. Nós iremos representar o resgate dessa maioria, dos trabalhadores que produzem as riquezas, mas não recebem nada ou recebem muito pouco em troca, dos jovens que não têm perspectiva de futuro, das mulheres e dos aposentados".

Correspondente

Haiti: atentado contra militante

Domini Resain, dirigente do Moleghaf sobrevive, após sofrer tentativa de assassinato

Na manhã de 24 de agosto, na capital Porto Príncipe, homens armados atingiram com três tiros o militante Domini Resain, responsável de organização do Moleghaf (Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade). Ele sobreviveu ao ataque, mas sua vida continua ameaçada.

O crime ocorreu dois dias depois de uma grande manifestação popular contra o governo de Ariel Henry e pelo fim da ingerência da ONU no Haiti, convocada pelo Moleghaf e demais organizações reunidas na frente Konbit (Organização Política, Popular e Sindical).

Nessa manifestação, Domini Resain e outros companheiros repeliram provocações de grupos ligados ao Partido Haitiano Tet Kalé (PHTK) que está no poder desde 2011, sempre com presidentes fantoches impostos pelo imperialismo estadunidense em eleições fraudulentas ou mesmo simplesmente empossados.

Esse é o caso de Ariel Henry, que se impôs como presidente de fato,

sem ter sido eleito ou nomeado por nenhuma instituição, após o assassinato de Jovenel Moïse, ocorrido em julho de 2021.

Numa nota à imprensa, os representantes das organizações da Konbit, David Oxygène, Josue Meriliën e Guy Numma, denunciam "as ameaças de morte que pesam sobre inúmeros dirigentes da Konbit e a tentativa de assassinato de Domini Resain e o prosseguimento da mobilização até a derrubada desse governo do PHTK".

O grave ataque contra Domini Resain se inscreve na situação de caos e violência implantada no Haiti pela ingerência estrangeira. As instituições estão em frangalhos, o estado é praticamente inexistente e a capital e outras partes do país estão dominadas por gangues fortemente aparelhadas pelo contrabando de armas que saem de Miami sem nenhum controle, seja na saída dos EUA seja na entrada no Haiti (ver JOTs 901 e 904).

Essas gangues disputam os territórios a serviço de empresários e políticos, inclusive, e em particular, do



Manifestação no Haiti. Ao lado o companheiro Resain

partido PHTK, que utiliza os bandos armados também para reprimir manifestações populares.

Refém das gangues, o povo mergulha na mais abjeta miséria, sem hospitais, escolas e com frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Enquanto isso, máfias empresariais especulam com a cotação do dólar, contratos milionários com o governo fantoche e com os preços de produtos essenciais. A gasolina, por exemplo,

tem o preço oficial de 250 gourdes (US\$ 1,67) mas só é encontrada no mercado ilegal a 1.500 gourdes (US\$ 10,00).

Como reiteradamente vêm declarando o Moleghaf, Konbit e numerosas outras organizações políticas, populares e sindicais do país, o fim da ingerência estrangeira é a condição primeira para que o Haiti se liberte da barbárie.

Edison Cardoni

EUA investem pesadamente na guerra

Ajuda estadunidense à Ucrânia equivale ao triplo do orçamento militar do país

Ausente das principais manchetes jornalísticas, a guerra na Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro, continua fazendo muitas vítimas. No fim de agosto, pouco mais de seis meses após o presidente russo Vladimir Putin ter ordenado a invasão do país, foi noticiada uma intensificação de combates em torno da cidade de Kherson, no sul da Ucrânia, ocupada pelos russos desde março.

O presidente estadunidense, Joe Biden, havia dito: "A guerra vai durar muito tempo". Ele sabe do que fala. Afinal, os EUA fornecem ao governo ucraniano de Volodimir Zelenski armas em quantidade gigantesca, para garantir que a matança continue. Países europeus integrantes da Otan, a aliança militar comandada pelo imperialismo estadunidense, fazem também a sua parte na entrega de armamentos à Ucrânia.

Matéria da "Folha de S. Paulo" (24/8) informa que um novo pacote de ajuda dos EUA, no valor de US\$ 3 bilhões, foi anunciado, elevando o total de armamentos fornecidos desde o começo da guerra ao equivalente a US\$ 13,5 bilhões. A reportagem, de Igor Gielow, acrescenta: "Só o valor americano, sem contar ajudas menores de outros países, equivale a três vezes o orçamento militar da Ucrânia de 2021, estimado em US\$

4,6 bilhões".

Um detalhe significativo é que o valor virá de um programa que prevê encomendas da indústria, e não dos arsenais excedentes dos EUA. "Isso sugere um comprometimento de longo prazo", avalia o jornalista.

Civis em risco

Há informações de que os bombardeios atingem bairros residenciais, e não apenas alvos militares. De acordo com a agência France-Presse, isso ocorreu nas cidades de Pokrovsk e Kramatorsk, entre outras. Moradores locais ouvidos pela agência de notícias afirmam que militares ucranianos se instalam em locais próximos a residências ou escolas abandonadas.

A organização Human Rights Watch acusou ambos os lados (Rússia e Ucrânia) de colocar civis em risco, ao reunir tropas em locais habitados. A Anistia Internacional, em comunicado de 4 de agosto, afirmou que o exército de Zelenski havia lançado ataques a partir de zonas residenciais, além de ter estabelecido bases em edifícios civis. A organização afirmou que isso "não justifica de modo algum os ataques cegos" da Rússia.

Na crise de decomposição do imperialismo, a economia "funciona" em

boa medida a partir dessa promoção da barbárie e da morte, com o pesado investimento em armas, que beneficia a indústria bélica. Uma posição independente, situada no

terreno da classe trabalhadora e da soberania dos povos, exige manter a palavra de ordem: nem Putin, nem Zelenski, nem Otan!

Cláudio Soares

ASSINE O TRABALHO

44 anos a serviço dos trabalhadores

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano



O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br